

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O Estágio de Docência na Pós-Graduação em Política Social:

Uma experiência a partir da disciplina “Gênero e Etnia” no curso de Serviço Social da UFMT

Bruna Andrade Irineu¹
Kállita de Freitas Iori²

Resumo: A docência em Serviço Social é uma atribuição privativa do/a Assistente Social prevista no art. 5º da Lei nº 8.662/93 que regulamenta a profissão no Brasil e, portanto, é um espaço de trabalho que possui requisições específicas. O curso de Serviço Social, por não se tratar de uma formação de licenciatura e sim de bacharelado, envolve processos formativos que fazem com que em alguma medida, a pós-graduação, em especial a *strictu sensu*, seja o espaço formativo adequado para quem tem buscado a carreira docente. O presente relato tem o propósito de discorrer sobre a experiência vivenciada no Estágio Docência na disciplina de Gênero e Etnia no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). As ações planejadas e desenvolvidas envolveram diferentes situações para a aprendizagem e formação. A metodologia de exposição aqui utilizada envolve processo descritivo da experiência vinculada ao Mestrado em Política Social e aponta-se para possibilidade do Estágio Docência contribuir significativamente com o desenvolvimento de: a) capacidades para atuar em sala de aula sob supervisão do(a) professor(a); b) aprofundamento do manejo de supervisão de Estágio Supervisionado em Serviço Social. Esta experiência, além de permitir o aprofundamento dos conteúdos trabalhados em sala de aula que guardam conexão com o objeto de estudo dos pós-graduandos, tem a potencialidade de motivá-los à carreira acadêmica, em especial à docência.

Palavras-chave: Estágio docência; Formação profissional; Serviço Social.

Teaching Apprenticeship:

An experience based on the discipline “Gender and Ethnicity” in the UFMT Social Work course

Abstract: Teaching in Social Work is a private assignment of the Social Worker provided for in art. 5 of Law 8,662 / 93 that regulates the profession in Brazil and, therefore, is a workspace that has specific requirements. The Social Work course, since it is not a degree training but a bachelor's degree, involves training processes that make the post-graduation, especially the *strictu sensu*, to be the appropriate training space for those who have pursued a teaching career. This report aims to discuss the experience of the Teaching Internship in the discipline of Gender

¹ Professora do Departamento de Serviço Social e da Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Coordenadora do NUEPOM/ICHS/UFMT/CNPq. Presidente da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH), biênio 2019-2020.

² Graduada em Serviço Social pela Universidade de Cuiabá (UNIC); Mestranda em Política Social pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: kallitaori@hotmail.com



and Ethnicity in the Social Service Course at the Federal University of Mato Grosso (UFMT). The planned and developed actions involved different situations for learning and training. The exposure methodology used here involves a descriptive process of the experience linked to the Master in Social Policy and points to the possibility of the Teaching Internship significantly contributing to the development of: a) capacities to work in the classroom under the supervision of the teacher (The); b) deepening the supervised management of Supervised Internship in Social Work. This experience, in addition to allowing the deepening of the contents worked on in the classroom, which have connection with the object of study of the graduate students, has the potential to motivate them to the academic career, especially to teaching.

Keywords: Teaching Apprenticeship; Professional qualification; Social service.

Introdução

A docência em Serviço Social é uma atribuição privativa do/a Assistente Social prevista no art. 5º da Lei nº 8.662/93 que regulamenta a profissão no Brasil e, portanto, é um espaço de trabalho que possui requisições específicas. Todavia, o magistério é pouco explorado na formação dos(as) alunos(as) na graduação em Serviço Social, o que impõe determinados limites para a prática da docência a esses profissionais.

Este relato de experiência, aqui apresentado, tem por objetivo apresentar vivências do Estágio Docência na disciplina Gênero e Etnia, na graduação em Serviço Social, a qual se localiza no 5º semestre, na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O texto foi dividido da seguinte maneira: iniciamos abordando o magistério em Serviço Social e a importância do Estágio em Docência na Pós-Graduação, articulando essa experiência à formação sócio histórica da profissão e seu direcionamento ético-político. Logo depois, localizamos a disciplina obrigatória de Gênero e Etnia no Projeto Pedagógico Curso (PPC) de Serviço Social da UFMT, destacando, especialmente, a trajetória do debate de gênero na formação profissional. Por fim, expomos a experiência do estágio em docência em uma turma de Serviço Social, observando a contribuição deste processo na formação da Pós-Graduação em Política Social. Destaca-se, que este texto, é escrito a quatro mãos pela mestranda em Estágio Docente e pela docente supervisora.

A disciplina para o Estágio Docente, foi definida especialmente pela afinidade com o objetivo de estudo da mestranda, que desenvolve pesquisa sobre feminicídio. Para iniciar a formulação do Plano de Ensino da disciplina, as atividades aconteceram a partir da elaboração de plano de trabalho de Estágio, do Plano de Ensino da Disciplina, do estudo dos textos e da preparação pedagógica para introdução da mestranda nas intervenções didáticas. Todo processo de preparação das aulas e das avaliações, envolveram a condução da docente com participação da mestranda. Posto que não corroboramos com a compreensão de que o Estágio Docente deva

Vol. 02, N. 04, Out. - Dez., 2019 · www.revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh

ser um espaço de precarização da docência, destacando a/o pós-graduando, em especial de nível de Mestrado, para condução individual e desacompanhada de orientação docente.

Deste modo, utiliza-se neste texto uma exposição de relato de experiência que apresenta a relação ensino-aprendizagem no estágio em docência na disciplina Gênero e Etnia no curso de graduação em Serviço Social. A escrita deste relato, possibilitou maior apreensão da relação que evidencia a prática docente e a formação profissional, partindo da leitura da realidade e identificando em seu contexto as demandas postas a profissão. Coloca-se em evidência a importância em pesquisar e aprimorar o conhecimento que transpassa todo o período de formação, apontando a prática docente como trabalho profissional em Serviço Social necessário ao desvelamento da realidade social.

O magistério em Serviço Social e a importância do Estágio Docente

O desenvolvimento do modo de produção capitalista trouxe consequências imediatas aos processos de industrialização e urbanização, acirrando a questão social, entendida aqui enquanto conjunto de manifestações da contradição Capital x Trabalho, intrínseco ao modo de produção capitalista, expressa na oposição privatização da riqueza e da propriedade privada versus trabalho coletivo. A intensa exploração da classe trabalhadora fomenta a desigualdade social, mas também evidencia a face politizada da questão social (IAMAMOTO, 2012), expressa na resistência, reivindicações e organização da classe trabalhadora, que passa a se mobilizar por melhores condições de vida, exigindo que o Estado venha a intervir na relação antagônica das classes sociais.

Na medida em que o capitalismo se desenvolve, mais se aprofunda e agudiza a situação de miséria da classe trabalhadora, envolvendo ações diversas no trato da questão social, destacando-se aquelas de cunho caritativo da Igreja Católica. A pobreza passa de caso de polícia para caso de política, colocando o Estado em posição fundamental de atuação regulatória, através de Leis e ações que culminaram nas primeiras experiências do posteriormente vai se nomear de políticas públicas, como forma de enfrentamento à desigualdade social. É neste bojo que surge o Serviço Social como uma resposta dos grupos dominantes, em especial da Igreja Católica, com a eclosão da questão social para o tratamento daqueles que eram considerados como “desajuste” social sendo o controle ou minimização das “disfunções” individuais e da sociedade, o objetivo desta atuação, em sua gênese. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2006).



As primeiras Escolas de Serviço Social são fundadas em meados do século XIX, e sua profissionalização foi se dando em decorrência da distinção entre o que era filantropia, caridade, assistência social. Após a Primeira Guerra Mundial, o Serviço Social no mundo se configura como uma profissão institucionalizada, mesmo momento em a questão social se torna mais latente, tanto pelo agravamento das condições de vida da classe trabalhadora quanto pela sua organização através do surgimento de movimentos sociais nos Estados Unidos e Europa. Na América Latina, a primeira Escola de Serviço Social foi fundada no Chile, em 1925, não somente por uma forte e decisiva influência externa, mas também como mero reflexo do Serviço Social Franco-Belga, e depois, Norte-Americano, caracterizada especialmente como uma profissão subordinada aos médicos. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2006).

No Brasil, a gênese vinculada à profissionalização da filantropia também foi uma realidade, com um processo de institucionalização e de construção de legitimidade social marcado por fatos históricos envolvendo golpes de Estado e a ditadura militar. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2006). Sobretudo, uma profissão marcada por disputas de projetos societários em sua formação sócio histórica, sendo o Movimento de Reconceituação do Serviço Social o processo que determinou a reformulação das bases teórico-políticas da profissão, colocando-a em um lugar de compromisso ético com a classe trabalhadora e com a defesa de um projeto societário distinto da ordem do Capital. As referências que tratam o Serviço Social dentro de uma visão histórico-crítica indicam uma vinculação profissional à chamada "questão social", portanto, esta deve ser analisada dentro da particularidade das relações sociais típicas do capitalismo na formação da sociedade brasileira, com suas singularidades e contradições. (IAMAMOTO, 2012).

Assim, o Serviço Social se caracteriza como uma profissão que vem construindo a sua história coletivamente com as entidades representativas como o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Conselho Regional de Serviço Social – CRESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO, posicionando-se contra toda forma de opressão – misoginia, homofobia, racismo, etnocentrismo e dentre outros – sendo uma profissão que tem a marca da luta diária em posicionar em prol da classe trabalhadora. Neste sentido de luta e posicionamento político verifica-se que o caminho para ser verdadeiramente Assistente Social pressupõe o conhecimento das Leis e Diretrizes que regulam a profissão dando efetivo destaque para a Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993, na qual se vincula o Código de Ética da profissão. Logo, a docência em Serviço Social constitui-se como uma atribuição privativa do(a) Assistente Social

que está prevista no art. 5º da Lei nº 8.662/93 que regulamenta a profissão no Brasil e, portanto, é um campo de trabalho em que muitos profissionais se inserem.

De acordo com Almeida (2009), em texto sobre Magistério, Direção e Supervisão Acadêmica, as atribuições vinculadas ao magistério em Serviço Social, inserido como curso de graduação, tem ao longo da história colaborado com a formulação, execução e gestão de projetos de extensão que ensejam uma relação entre os processos de produção e socialização do conhecimento científico e as ações dos movimentos e forças sociais, que atuam no campo da sociedade civil. Salientando ainda, a dimensão pública da política de educação superior, bem como oxigenando e aproximando a formação acadêmica aos desafios encontrados em nossa realidade. Diante das mudanças vigentes no campo social e político do país, destacando a Constituição Federal de 1988, e a aprovação do nosso Código de Ética de 1993, o Serviço Social no país deu um salto qualitativo na fundamentação teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política da profissão. Esta transformação pondera, diretamente, na formação profissional, ou seja, prática docente e apreensão discente.

A/o Assistente Social docente, tem como base o Projeto Ético Político Profissional, e objetivam consolidar os princípios defendidos pelo Serviço Social na sua intervenção pedagógica, atuando na formação profissional dos futuros Assistentes Sociais, tendo como pressuposto a formação crítica, técnica e politicamente competente. Associando a prática docente das/os Assistentes Sociais às dimensões que constituem o Serviço Social, entendemos que o conhecimento docente das/os Assistentes Sociais se manifesta e se associa pelas dimensões teórico-intelectual, ético-política e técnico-instrumental. (ALMEIDA, 2009).

A realização do estágio em docência no curso de graduação faz parte do processo de formação dos futuros mestres, uma atividade realizada por pós-graduandos de nível *stricto sensu* em programas de Mestrado ou Doutorado. Este estágio é realizado por discentes e bolsistas de demanda social da CAPES, conforme Artigo 18 da Portaria 76/2010 da CAPES.

A realização do estágio em docência, deve permitir as reflexões entre a teoria e a prática do que vem a ser docente nos dias de hoje, é o momento da formação acadêmica em que se privilegia a constituição de pesquisadores (BIANCHINI; ERRAM; PINHEIRO, 2016). Nesse sentido, o estágio docente tem caráter formativo, pois, possibilita aprofundamento da construção da identidade profissional, proporcionando o contato com o cotidiano da profissão, através do magistério e, contribuindo assim, para o desenvolvimento das competências técnico-operativo, ético-político e teórico-metodológico. Frente a estas atribuições, é importante também salientar a supervisão do estágio para acompanhar, orientar, e fazer as devidas

correções necessárias ao aprendizado, especialmente na construção do plano de estágio para obter um planejamento das atividades que serão desenvolvidas no decorrer do estágio em docência, processo este importante para a articulação supervisor-estagiário, contemplando ambos.

No Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a disciplina de Estágio em Docência é obrigatória para as/os bolsistas de qualquer agência de fomento a pesquisa. O programa foi criado em 2009, em nível de Mestrado, vinculado ao Departamento de Serviço Social, tendo como área de concentração: Política Social, Estado, Sociedade e Direitos Sociais. E sendo composto por duas linhas de pesquisa: I) Política Social e Direitos Sociais; II) Trabalho, Questão Social e Serviço Social. Em mais de 10 anos de existência, o programa reuniu 101 dissertações de Mestrado, onde apenas 15% delas abordam temas relacionados a gênero, sexualidade, raça ou etnia. Neste contexto, observa-se um aumento da busca por orientações nesse tema nos últimos 4 anos, com projetos apresentados por mestrandas que já vem desde os Trabalhos de Conclusão com esse interesse temático. Durante essa história, o programa realizou uma aula pública sobre relações sociais de sexo e patriarcado, no ano de 2015; ofertou uma disciplina optativa sobre gênero, raça, sexualidade e classe social, no ano de 2018; e vinculou um grupo de pesquisa feminista ao programa, no ano de 2019. O que mostra a necessidade de aprofundarmos esse debate na pós-graduação e também indica avanços advindos do aumento do interesse no tema por discentes e pelo próprio motivados sem dúvidas pelo movimento da realidade e da profissão de Serviço Social.

O curso de Serviço Social da UFMT e a disciplina obrigatória de Gênero e Etnia

Como a disciplina ao qual a mestranda se vinculou para Estágio Docente foi “Gênero e Etnia”, cabe destacar o percurso deste conteúdo na formação em Serviço Social. A própria mestranda, quando da finalização da disciplina, revelou as/aos discentes que em sua trajetória de graduação não cursou nenhum componente obrigatório com o conteúdo de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais. Já a docente supervisora, apontou que no momento da graduação, ainda nos anos de 2002, cursou uma disciplina optativa de gênero e pode participar como bolsista de pesquisa, extensão e realizar estágio supervisionado em espaços que garantiram a relevância da abordagem de gênero em uma perspectiva feminista. As trajetórias são distintas, e apresentam diferenças, especialmente nos aspectos relacionados à formação

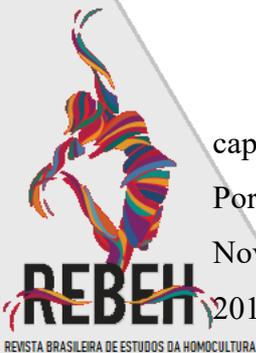
superior em universidades públicas, as quais tem garantindo uma maior visibilidade e pluralidade no debate de temáticas consideradas tabu no Brasil.

Recompondo a história do debate de gênero na profissão, ressalta-se que é preciso indicar, de maneira geral, este percurso. Deste modo, a proposta para as Novas Diretrizes Gerais para os cursos de Serviço Social e a aprovação da nova Proposta Nacional de Currículo Mínimo para os cursos de Serviço Social, em 1997, surgem no bojo da aprovação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) 1996. Os Núcleos de Fundamentação possuem o trabalho como o centro das relações sociais e a questão social como eixo central da profissão, tendo no tripé ensino, pesquisa e extensão, apresentado pela Resolução nº. 15, de 2002, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares, articulação necessária para promoção de formação crítica, generalista e histórica, consubstanciando, assim, o projeto de formação profissional do Serviço Social brasileiro. (GUERRA, 2005).

A incorporação do debate de gênero nos currículos de Serviço Social é nova, como demonstra o Lima (2014), mesmo sendo uma profissão marcada por sua feminização e, por consequência, pela divisão sexual trabalho. A ABEPSS tem lugar importante no acúmulo de temáticas que foram sendo maturadas pela profissão ao longo dos últimos 25 anos, e a criação dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP), criados em 2010, foi uma iniciativa importante para que discussões como aquelas relacionadas a gênero, sexualidade, raça e etnia fossem abarcadas no processo contínuo de apreensão da formação e do exercício profissional articulados as demandas da realidade. O GTP intitulado “Serviço Social e Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça, Etnia, Sexualidade e Classe Social” tem sido o espaço que reúne pesquisadoras/es destes temas e tem somado neste processo de incorporação do debate de gênero.

A exemplo, a Revista *Temporalis* da ABEPSS publicou dois números exclusivos deste GTP, no ano de 2015, e na Assembleia do XIV Encontro de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS), em Natal, aprovou-se documento que indica a obrigatoriedade de ao menos um componente curricular dedicado ao debate de gênero. No XVI ENPESS, no ano de 2018, em Vitória, apresentou-se os Subsídios para o debate racial na formação em Serviço Social. Demonstrando assim, que o compromisso com o PEPP exige consolidação dos valores ético-políticos, a partir de estratégias contínuas e de amadurecimento coletivo.

Desta forma, os PPC de Serviço Social consubstanciados nas Novas Diretrizes Curriculares, de 1996, devem fortalecer a capacidade do discente de apreender a realidade e estudá-la de maneira crítica, criando estratégias e planejando ações, a partir de mediações



capazes de superar a imediatividade, a partir de uma intrínseca articulação entre teoria e prática. Portanto, atendendo as essas requisições, o curso de Serviço Social da UFMT incorpora as Novas Diretrizes apenas no projeto político pedagógico de 2007, sendo este reformulado em 2010 (RAFAEL e AZEVEDO, 2019). O PPC 2010 é o projeto que está em vigência e apresenta o acúmulo dos 50 anos de existência do curso, um dos primeiros a serem criados na instituição, e ao mesmo tempo também demonstra os limites e as sintonias do tempo histórico em que foi formulado.

Dessa forma, no PPC de Serviço Social da UFMT, a disciplina de Gênero e Etnia está inserida no “Núcleo II: Fundamentos da Formação Sócio-histórica da sociedade brasileira”, e, portanto, está vinculada a seguinte ementa: *“Gênero, feminismo, raça/etnia no contexto das relações sociais e as suas interseções. Gênero, etnia e classes sociais na constituição das políticas públicas”*. (UFMT, 2010, p. 28). A ementa, apresenta avanços como a importância de debater gênero, raça e etnia de maneira correlacionada. Isto se dá, sem dúvida, pelo recente movimento do Serviço Social brasileiro nesse entendimento, especialmente pelas contribuições do feminismo negro, através da categoria “interseccionalidade”, e das materialistas francesas, a partir da categoria “consustancialidade” (IRINEU, 2019). Mas, também, apresenta limites ao não nomear “Raça” em seu título, fazendo uso apenas do termo “Etnia”, perdendo a possibilidade de visibilizar o importante debate feito pelo feminismo negro.

No Serviço Social da UFMT, a disciplina sobre Gênero aparece pela primeira vez, como movimento de revisão do PPP de 1997³, com o nome de “Serviço Social e a Questão da Mulher”, e se apresentava como disciplina optativa. Naquele momento, as discussões presentes na profissão e no feminismo brasileiro guardavam forte influência de Simone de Beauvoir, Alexandra Kolantai e Heleieth Saffiotti, o que é possível de se identificar pelo próprio nome da disciplina, que centraliza o termo “mulher” em seu vocabulário, diferentemente do uso da categoria “gênero” que vai sendo absorvido com influência do pensamento de Joan Scott. No início da década de 2010, há uma extensa produção feminista que evidenciará o termo “relações sociais de sexo”, advindo do feminismo materialista francês, que foi responsável por sua difusão deste no Serviço Social brasileiro (CISNE e SANTOS, 2018). Outras produções têm evidenciado o termo “relações patriarcais de gênero” (NOGUEIRA, 2018) e, em alguns casos,

³ Rafael e Azevedo (2019) dão indícios de que o debate de gênero já se estabelecia no curso de Serviço Social da UFMT no currículo de 1970, a partir da disciplina de “Direito do Menor e Direito da Família”, e na reformulação de 1985, era possível encontrar o tema na disciplina de “Seminário de Serviço Social”, especialmente pela entrada de professoras com formação feminista no quadro docente do curso. Contudo, enquanto disciplina específica, datamos do momento posterior ao currículo de 1997, a primeira menção a gênero, em componente curricular dedicado exclusivamente para tal, como optativa. E, em 2007, na condição de disciplina obrigatória.

é possível verificar pesquisadoras/es que fazem uso concomitante de mais desses conceitos. (IRINEU, 2019).

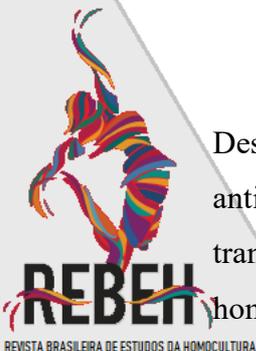
Essas variações e termos em disputa, podem ser observados na trajetória do debate de gênero no Serviço Social da UFMT, principalmente pelo fato do curso acolher o grupo de pesquisa feminista, em funcionamento, mais antigo da universidade. O Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações de Gênero (NUEPOM), foi criado no final da década de 1980, e instituído oficialmente em 1991, com vinculação ao curso de Serviço Social. As gerações de feministas que por ali passaram exprimem os fluxos e tendências deste debate no Brasil, mas fundamentalmente na área de Serviço Social, o que certamente impactou na presença desta disciplina no currículo desde 1997, mesmo que na condição de optativa, e na sintonia com o debate interseccionado de gênero, raça, etnia e classe social já no PPC de 2010.

Abordando Gênero e Etnia em uma turma de Serviço Social

O debate sobre gênero ganha importância nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS para os cursos de graduação de Serviço Social, sendo considerada uma discussão que deve perpassar a formação profissional. Discutindo sobre a relevância do feminismo na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social, Lisboa (2010; 2015) reafirma que as mulheres representam 95% da categoria profissional, além de atender uma maioria de mulheres como usuárias no cotidiano profissional. Partindo desta análise, a autora, faz indagações sobre a condição das mulheres com as quais estas profissionais atuam; e sobre quais condições de trabalho, considerando as desigualdades enfrentadas no espaço profissional e no âmbito doméstico, visto que essa realidade é composta e fortemente marcada por relações sociais de gênero. E, portanto, com esta compreensão, que as autoras deste texto deram início a relação conjunta neste Estágio Docência.

Embora a disciplina Gênero e Etnia esteja localizada no 5º semestre do curso de Serviço Social, havia também estudantes de outros cursos como da Psicologia, por exemplo, que foram cursá-la com a justificativa de que em seu curso não havia nenhuma disciplina específica sobre gênero e raça. Houve um total 32 discentes matriculados, no entanto, cursaram uma média de 25 alunos(as), sendo que a maioria estava se inserindo no estágio curricular supervisionado obrigatório naquele semestre, excetuando as/os que vieram do 3º semestre e do 8º semestre.

O programa da disciplina se dividiu em duas unidades, que abordaram os seguintes eixos: gênero e feminismo; gênero e raça; gênero e sexualidade, feminismo e Serviço Social.



Destacando os temas: história do feminismo latino-americano; feminismo negro e a luta antirracista; feminismo lésbico e a crítica a heterossexualidade compulsória; masculinidades; transfeminismo; teoria *queer*; direitos sexuais e reprodutivos; violência (contra a mulher, homofobia, racismo); Serviço Social e as populações negra, LGBTI e mulheres.

Para trabalharmos os conteúdos propostos nos ocupamos de autoras como Adriana Piscitelli e Joan Scott para distinção entre estudos de gênero e estudos sobre mulheres, abordando conceitos de diferença sexual, mulheres, estudos feministas, gênero, entre outros. Optamos por reconstruir a história do feminismo a partir de textos de feministas negras como Angela Davis e bell Hooks, o que nos permitiu desvelar a representação branca, europeia e *suffragette* que o grupo tinha acerca da gênese do movimento feminista. Como estratégia didática de fixação de conteúdo, utilizamos jogos pedagógicos como a “Cruzadinha” e a teatralização, que nos fizeram observar um envolvimento mais forte com conteúdo dos textos de referência.

Monique Wittig e Gayle Rubin foram abordadas com intuito de “sexualizar” o debate de gênero e raça, agregando em especial, a crítica a heterossexualidade compulsória e ao sistema sexo/gênero. Adensamos a este debate a discussão do texto “Você é fóbico?”, de Eliane Gonçalves, e também apresentamos um esquema no quadro para compreensão do conceito de heteronormatividade de Judith Butler. O recurso audiovisual foi proeminente neste eixo, onde fizemos usos de imagens e filmes que abordaram múltiplas vivências da sexualidade.

Para o debate sobre masculinidades e também sobre a crítica às Teorias do Norte Global utilizamos as contribuições de Raewyn Connell, autora que também ilustrou as aproximações que fizemos com o debate sobre transexualidade. A discussão em tela retornou nas aulas sobre processo transexualizador e atendimento do Serviço Social à população trans, que se deu articulado aos textos da autora e às reflexões de Guilherme Almeida, bem como os documentos elaborados pelo CFESS.

Tema fundamental, a violência contra a mulher, foi abordada a partir de discussões que precederam a aprovação da Lei Maria da Penha no Brasil e balanços feitos após a Lei. Contamos com o debate sobre patriarcado e violência em Heleieth Saffioti, além de outras contribuições feministas para o estudo da violência de gênero, como Wania Passinato, Eva Blay e Lourdes Bandeira. Comprometidas com a racialização dos debates feministas, aproveitou-se para discutir a ampliação do Estado Penal e punitivismo frente a aplicabilidade da Lei Maria da Penha e também da recém aprovada criminalização da LGBTfobia.



Enquanto conceitos importantes para o feminismo, discutimos direitos sexuais e reprodutivos, iniciamos o debate sobre aborto a partir da crítica de bell Hooks ao feminismo branco e destacamos literatura sobre maternidade na cosmovisão yorubá. E, utilizando o texto das autoras Sonia Correa e Rosalind Petchesky, que apresentam o percurso global destes direitos no âmbito das decisões da Organização das Nações Unidas (ONU), discutimos o direito a ter e a não ter filhos. A livre expressão sexual foi pensada a partir da discussão sobre direitos sexuais, especialmente articulada a apresentação dos Princípios de Yogiakarta. O debate destes dois conceitos, foi realizado juntamente com a escuta coletiva do *Podcast* Novo Normal sobre as políticas antigênero no Brasil, que nos possibilitou refletir sobre as estratégias dos grupos conservadores para persistência de valores e ideologias conservadoras, que se opõem na esfera pública aos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e LGBTI.

Para associar essas reflexões à formação e ao exercício profissional em Serviço Social fizemos uso de textos que trazem o Estado da Arte sobre gênero, sexualidade e raça na produção teórica do Serviço Social e também discutimos as resoluções do CFESS sobre não discriminação por orientação sexual e identidade de gênero; a Campanha “O amor fala todas as línguas”; a resolução sobre o respeito a identidade trans nos registros profissionais; os subsídios para o debate racial na formação da ABEPSS; a Campanha Assistente Social na luta contra o Racismo; os textos da Coleção Preconceito do CFESS; documentos do GTP de Opressões da ABEPSS.

Pela própria particularidade da profissão, foi possível identificar nestes textos uma profunda relação com a trajetória das políticas públicas para mulheres, LGBTI e igualdade racial no Brasil. Os textos de Joilson Santana Marques, Roseli Rocha, Rita de Lourdes Lima e Guilherme Almeida, apresentam resultados pesquisas realizadas com o objetivo de conhecer a realidade do ensino das disciplinas, dos grupos de estudo e das trajetórias de pesquisadoras/es do Serviço Social ligadas/os às questões de gênero, sexualidade e raça.

Para avaliação utilizamos a Avaliação de Processo que envolveu técnicas de avaliação contínuas, sendo que uma destas foi aplicação de um conteúdo que exigia articular demandas e requisições da realidade profissional do Assistente Social com a ótica de gênero, raça e sexualidade. Esta mesma técnica foi aplicada no início e no final da disciplina para observarmos os avanços dos discentes quanto aos assuntos trabalhados. Outra técnica de avaliação foi o jogo pedagógico inspirado no Fuxico, elaborado pela equipe do curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) do NIGS/UFSC, que de maneira lúdica contribuiu para os aprendizados das questões de gênero, sexualidade e raça/etnia. O jogo é inspirado no jogo "Perfil" da Grow e



apresenta cartas com perfil (categorias) de: Pessoa – onde apresentamos autoras/es e ativistas importantes para os debates travados; Ano – que reuniu datas importantes para as pautas feministas, LGBTI e raciais; Lugar – que indicava acontecimentos históricos relacionados a temática; Conceito – onde apresentamos os principais conceitos utilizados no semestre. As/os alunas/os em equipe precisam avançar no tabuleiro a partir de pontos feitos ao acertar a resposta dessas cartas, que possuem de 1 a 10 dicas de resposta para cada carta que escolhem entre as categorias.

De maneira geral, obtivemos uma resposta bastante positiva dos discentes na disciplina, especialmente em relação à participação e à apreensão dos conteúdos que foram trabalhados nos encontros da disciplina. Quanto aos métodos avaliativos os(as) alunos(as) se identificaram e conseguiram absorver as discussões em sala, os conceitos centrais puderam acessar um importante referencial bibliográfico com ludicidade.

Deste modo, o Estágio Docente proporcionou à mestranda a compreensão de que debater gênero na formação profissional é de fundamental importância, pois é uma categoria analítica estruturante em uma sociedade sexista. Ampliando a compreensão de que gênero não se limita as questões relacionadas exclusivamente às mulheres, mas diz respeito também às construções históricas e culturais sobre o que se determina socialmente como homem e mulher, desencadeando relações de poder, desigualdade e opressão. Destaca-se ainda que o imbricamento do debate racial e de sexualidade com a categoria gênero se apresentou de maneira interseccional na disciplina, o que percebi como fundamental em meu aprendizado como jovem pesquisadora feminista.

Como professora e pesquisadora feminista, na condição de quem conduziu a supervisão do Estágio Docente, analiso que a partilha do espaço da sala de aula é sem dúvida algo que expressa um compromisso feminista. O trabalho em pares é fundamental para aplicação de técnicas de aprendizagem que exponham os valores feministas, como o diálogo e a instrumentalização de conteúdos que contribuam para autonomia e transformação da realidade desigual em que vivemos. Hooks (2018) nos ensina que o feminismo é para todo mundo e que seu potencial transformador é imenso, especialmente quando esse correlaciona gênero, raça, sexualidade, classe social e outros marcadores sociais.

Considerações Finais



À guisa de conclusão, realizar o estágio em docência representou, de fato, a primeira aproximação com a docência do Ensino Superior, um momento ímpar no processo de formação, com elementos capazes de construir e apreender novos aprendizados. As experiências vivenciadas junto aos discentes da graduação em Serviço Social foram essenciais para se preparar para a docência de nível superior, pois, possibilitou debates importantes e, proporcionou uma experiência próxima do que é ser professor, suas competências e atribuições.

Consideramos que, a formação de um pós-graduando requer conhecimentos e habilidades particulares para o ensino, visto que, não apenas a pesquisa, mas a formação de professores qualificados para o nível superior é também uma importante função da pós-graduação. Isso ganha maiores nuances quando a experiência em questão se dá em uma disciplina sobre Gênero e Etnia, em um contexto de perseguição as pesquisadoras/es que debatem temas capazes de questionar as hierarquias sexuais, raciais e de gênero estabelecidas na ordem vigente. A atual crise no ensino superior brasileiro é uma estratégia para desmontar o acesso universal à universidade pública e de regressão dos direitos sociais. A ofensiva antigênero e corrosão das instituições democráticas, é claramente um projeto do atual governo brasileiro, que deve ser veemente combatido por todas as áreas de conhecimento e profissionais comprometidos com a democracia e com os valores republicanos.

Referências

- ALMEIDA, Ney Luiz T. de. Magistério, direção e supervisão acadêmica. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- NOGUEIRA, Leonardo. **Relações patriarcais de gênero e Serviço Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2018.
- ANDRADE, M. A. R. A. **A prática do ensino no curso de Serviço Social: reflexões necessárias**. Revista Serviço Social e Realidade, Franca, v. 8, n. 1, p. 48-63, 1999.
- BIANCHINI, L. f. C.; ERRAM, C. A.; PINHEIRO, E. V. **Aprender e Ensinar: O Estágio De Docência Na Graduação**. XVIII ENDIPE, Centro-Oeste, 2016.
- CISNE, Mirla A.; SANTOS, Silvana Mara Moraes. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez 2018 (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.8).
- GUERRA, Yolanda. O potencial do ensino teórico-prático no novo currículo: elementos para o debate. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 147-154, jan. 2005. ISSN 1982-0259. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6094>>. Acesso em: 07 abr. 2019. doi:<https://doi.org/10.1590/%x>.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 23ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. – 19ª Edição - São Paulo: Cortez, 2006.

IRINEU, Bruna A. **Nas tramas da política pública LGBT**: um estudo crítico da experiência brasileira (2003-2015). Cuiabá: EdUFMT, 2019.

LISBOA, T. K. Feminismos, Pesquisa e Produção do Conhecimento em Serviço Social. In: Marlene Teixeira Rodrigues. Maria Elaene Rodrigues (Organizadoras). (Org.). **Feminismo, gênero e sexualidade**: desafios para o Serviço Social. 1ed. Brasília: Editorial Abaré, 2015, v. 1, p. 73-100.

LISBOA, T.K. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Rev. Katálysis**: Florianópolis, v.13, n.1, p. 66-75 jan./jun., 2010.

LIMA, Rita de Lourdes de. **Os assistentes sociais e a questão da subalternidade profissional**: reflexões acerca das representações sociais do ser mulher e do Serviço Social. Tese (Doutorado) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

LIMA, Rita de Lourdes de. Formação profissional em Serviço Social e gênero: algumas considerações. **Serv. Soc.**, São Paulo, n.117, p.45-68, jan/mar. 2014.

RAFAEL, J. C.; AZEVEDO, Eva Emilia Freire do Nascimento. Projetos de Formação Profissional em Serviço Social na UFM: o espaço da temática infância e adolescência. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**. V.5, N.9, JUL/DEZ. Cuiabá: UFMT, 2019.

UFMT. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Cuiabá: Departamento de Serviço Social, 2007.

UFMT. **Projeto Pedagógico do Programa de Pós-Graduação em Política Social**. Cuiabá: PPGPS, 2016.

UFSC. **Fuxico**: Gênero e Diversidade na Escola (GDE). Florianópolis: NIGS, 2015.

Disponível em: http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/livros_eletronicos/08102014-033252miolofuxico.pdf. Acesso em 10 de dez. 2019.

Recebido em: 01/01/2020

Aceito em: 30/01/2020